

PSICOLOGIA E POVOS INDÍGENAS: REFLEXÕES INICIAIS SOBRE A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NO MOVIMENTO INDÍGENA NA LUTA POR TERRITÓRIO

PSYCHOLOGY AND INDIGENOUS PEOPLES: INITIAL REFLECTIONS ON THE PSYCHOLOGIST'S PERFORMANCE IN THE INDIGENOUS MOVEMENT IN TERRITORY FIGHTING

¹BERALDO, I. S.; ²COSTA, M. F.

¹ Discente do Curso de Psicologia - Faculdades Integradas de Ourinhos-FIO/FEMM

² Graduado em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - FCL/Unesp, Assis, SP. Aprimoramento pelo Programa de Aprimoramento Profissional em Saúde Mental e Saúde Pública do Departamento Regional de Saúde (DRS) IX - Marília/SP. Mestrado em Psicologia e Sociedade pela UNESP - Campus Assis. Doutorando em Psicologia e Sociedade pela UNESP - Campus Assis.

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo apresentar reflexões iniciais sobre a atuação do psicólogo no que tange as demandas dos povos indígenas em seus sofrimentos e anseios. A importância desse trabalho foi de instigar os profissionais psicólogos, pesquisadores e até mesmo estudantes a refletirem sobre novas propostas e ações que possam contribuir para a efetiva atuação da Psicologia para com os povos tradicionais. Partindo de uma pesquisa bibliográfica, buscou-se referenciais teóricos que abordassem o posicionamento da Psicologia frente as necessidades indígenas, o que ela tem promovido e qual a atuação do psicólogo nesse contexto. Mediante a análise da bibliografia, constatou-se que uma das principais demandas, que coopera para o aumento do sofrimento psíquico dos indígenas, é a luta por suas terras, demarcação de seus territórios e seu reconhecimento. A integração com o modo de viver indígena, suas tradições e suas culturas se revela como um dos principais desafios para os psicólogos, já o diálogo e a capacidade de escuta tem se mostrado como instrumentos importantes na busca ao bem-estar indígena.

Palavras-chave: Psicologia. Povos Indígenas. Movimento Indígena. Território.

ABSTRACT

This article aims to present initial reflections on the psychologist's performance in relation to the demands of indigenous peoples in their sufferings and longings. The importance of this work was to instigate professionals psychologists, researchers and even students to reflect on new proposals and actions that can contribute to the effective performance of Psychology towards traditional peoples. Starting from a bibliographical research, we searched for theoretical references that addressed the positioning of Psychology in the face of indigenous needs, what it has promoted and what the psychologist's performance in this context. Through the analysis of the bibliography, it was verified that one of the main demands, which cooperates to increase the psychological suffering of the Indians, is the struggle for their lands, demarcation of their territories and their recognition. Integration with the indigenous way of life, its traditions and its cultures is revealed as one of the main challenges for psychologists, since the dialogue and the listening capacity have been shown as important instruments in the search for indigenous well-being.

Keywords: Psychology. Indigenous Peoples. Indigenous Peoples. Territory.

INTRODUÇÃO

A população indígena no Brasil tem sido objeto de estudos de diversas áreas no âmbito da pesquisa acadêmica, inclusive da Psicologia. Diante de inúmeras perguntas que nos perpassam, há uma que se faz presente, quando queremos

pensar o papel do psicólogo frente às demandas dos povos indígenas em seus sofrimentos e desejos “qual é ou qual deveria ser a atuação desse profissional na atual conjuntura?”.

Psicologia e povos indígenas é uma parceria recente, carece ainda de estudos mais aprofundados e também necessita de incentivos financeiros e da ajuda do Estado, tanto para fomentar pesquisas que ajudem os povos tradicionais quanto para honrar as leis que protegem esse povo. A importância desse estudo é levar ao conhecimento acadêmico o sofrimento vivido pelos índios mediante a perda de seu território, suas lutas para garantir que seus direitos sejam respeitados e instigar os pesquisadores e estudantes a buscar novas propostas de atuação que prezem pelo “bem-viver” indígena na sociedade moderna.

De acordo com os estudos de Ribeiro (apud FERRAZ; DOMINGUES, 2016), calcula-se que com a chegada dos portugueses no Brasil, habitavam em nosso território - aproximadamente cinco milhões de índios, indígenas estes que foram aniquilados pelas doenças trazidas pelos brancos, pelas guerras na conquista de território e pela escravização.

Segundo os dados oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), hoje a população indígena, no território nacional, restringe-se a 896.917 indivíduos, sendo que 63,8% residem em áreas urbanas e 57,7% moram em terras indígenas oficialmente legitimadas pelo Ministério da Justiça. O Censo de 2010 apresenta 305 etnias indígenas diferentes e que falam cerca de 274 línguas (idiomas) distintas.

É sabido que a população indígena desde o descobrimento do Brasil tem sido criminalizada, como vemos nos noticiários da televisão, índios sendo assassinados por fazendeiros, assassinados por lutarem por seus direitos e assassinados apenas por serem índios, acabando às margens da sociedade. Atualmente, no Congresso Nacional, não temos nenhum índio parlamentar, que participe ativamente como representante de sua classe nas decisões políticas do país, os indígenas acabaram se tornando uma camada social desqualificada e tratada com desdém pelo Estado.

Ainda que preze por um discurso de país multicultural, o Brasil como país colonizado até então resguarda, deste legado colonizador, em suas práticas culturais, sociais e institucionais, a mesma doutrina de seu descobrimento. (DAMASCENO, 2017).

Mesmo contando com o apoio das leis e estatutos, os índios precisam ser respeitados, precisam garantir seus direitos originários como os primeiros habitantes do Brasil. Como a Psicologia pode auxiliar esse povo? O que ela pode fazer para que a sua voz seja escutada e propagada?

A partir dessas reflexões, o objetivo deste estudo foi investigar, por meio da literatura bibliográfica, como a psicologia tem se posicionado diante da população indígena e as suas demandas.

Para construirmos as respostas das nossas perguntas optamos por realizar uma pesquisa de revisão bibliográfica, priorizamos textos que tratam das relações da Psicologia com a população indígena, os dados foram provindos de referenciais teóricos tais como artigos, livros, periódicos eletrônicos e outros materiais que abordam o tema.

A utilização das produções intelectuais se deu através de leituras e seleções dos textos mais relevantes como o livro Povos Indígenas e Psicologia: a procura do bem viver publicado pelo Conselho Regional de Psicologia (CRP SP) no ano de 2016, as autoras Ferraz e Domingues e o site do CRP SP, afim de que haja o embasamento científico adequado. Os materiais utilizados não foram exclusivamente produzidos na área da psicologia, há também conteúdos bibliográficos da antropologia, sociologia e contribuições do direito.

POSICIONAMENTO DA PSICOLOGIA DIANTE DOS POVOS ORIGINÁRIOS

Para Ramos (apud CRP/SP, 2016), o esforço na luta pelas terras, pelo reconhecimento, pela sobrevivência e por um futuro digno é um dos desafios e demandas atuais dos povos indígenas. Os índios são envolvidos nos processos capitalistas de consumo, na dependência de mercadorias industrializadas, na monetarização, são até mesmo obrigados às conversões religiosas, modos de comer, vestir e educação escolar. O envolvimento dos índios nesses processos acaba se tornando estratégias, que são utilizadas por eles com a finalidade de preservar sua existência na sociedade atual. Como sabemos, a maior porcentagem de índios vive no contexto urbano.

Para tentar uma parceria com os povos indígenas e dar-lhes voz, o Conselho Regional de Psicologia do Estado de São Paulo (CRP-SP) promoveu o 3º Ciclo de Debates Psicologia e Povos Indígenas, realizado no ano de 2016, em três universidades do estado de São Paulo. Acolhendo diversas etnias e profissionais,

compartilhou-se saberes indígenas e saberes científicos no intuito de buscar soluções para o sofrimento dos povos tradicionais.

Berni (2016) relata em seus estudos que, durante o Seminário “Subjetividade e Povos Indígenas” viabilizado pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e Conselho Federal de Psicologia (CFP) no ano de 2004, na cidade de Luziânia, GO, houve um pedido de socorro incitado por várias etnias indígenas presentes no evento, segundo o autor, os representantes indígenas de quase quarenta etnias pediram ajuda da Psicologia para os auxiliarem em seu profundo sofrimento psíquico, oriundos das lutas ao direito originário de suas terras, a desapropriação cultural, problemas com álcool e outras drogas, etc.

Os estudos feitos pelas autoras Ferraz e Domingues (2016) apontam o crescente interesse da psicologia pela temática indígena ocorrido a partir da década de 90, sendo que a produção acadêmica adquiriu um sentido mais significativo a partir dos anos 2000.

O CRP/SP (2009) no ano de 2004, organizou o Seminário Subjetividade e Povos Indígenas, a partir daí vem mantendo ações importantes que favorecem o diálogo e contribuições na atuação do profissional psicólogo com a população indígena, nos quais podemos destacar: 2006 - Grupo Eletrônico Psicologia-indígenas; 2007 - Colóquio Psicologia e Povos Indígenas e I Encontro de Profissionais das Ciências Humanas sobre questões indígenas; 2008 - Constituição do GT (grupo de trabalho) Psicologia e Povos Indígenas, Encontro Multiprofissional de Atenção aos Povos Indígenas e Colóquio Psicologia e Antropologia; 2009 - Encontros Interdisciplinares Psicologia e Povos Indígenas nas cidade de Itanhaém, Boiçucanga, São Sebastião e Tupã, Colóquio Psicologia e Povos Nativos: um encontro transdisciplinar – evento preparatório para VII Congresso Nacional da Psicologia (CNP); 2010 – Publicação do livro Psicologia e Povos Indígenas; 2013 - I Encontro Nacional de Psicologia, Povos Indígenas e Direitos Humanos e II Seminário de Saúde Mental Indígena; 2015 – I Conferência de Política Indigenista e 2016 – publicação do livro Povos Indígenas e Psicologia: a procura do bem viver.

Reconhecemos que a psicologia tem buscado fortalecer vínculos com a população indígena, assim como vem empenhando-se na busca por soluções para suas demandas e desejos. Por meio dessas ações ela tem conquistado resultados positivos e, gradativamente, a confiança desse povo oprimido.

A prática de envolver os indígenas em debates, mesas redondas e em eventos importantes demonstra o quanto a Psicologia está preocupada em atender e acolher as dificuldades desses indivíduos. É a partir daí que os índios vão ganhando a confiança nos profissionais psicólogos e o trabalho com a população indígena acaba por se desenvolver de maneira mais satisfatória e eficaz.

MOVIMENTO INDÍGENA: LUTAS E SOFRIMENTOS

A cultura deixada pelos colonizadores se tornou intrínseca à sociedade brasileira, muitos não percebem que são afetados pelas práticas discriminatórias raciais. O índio hoje se tornou um ser “folclorizado”, há pessoas que nem sabem de sua existência, acreditam ser mais um personagem criado pelas tradições populares e lendas urbanas, tornando-se um objeto e não sendo visto como um ser humano de direitos.

Com a finalidade de fazer a sociedade enxergar os índios como seres humanos de direitos é que a Declaração das Nações Unidas (ONU, 2008), sobre os direitos dos Povos Indígenas, reconhece os povos indígenas iguais aos demais povos brasileiros e ao mesmo tempo possuem o direito de serem diferentes e respeitados, assim como afirmam que os povos indígenas contribuem para a riqueza de cultura e diversidade no país.

Reconhece também as injustiças que prejudicaram as vidas e o modo de viver no presente da população indígena, estabelecendo um importante marco para a percepção da opressão histórica contra os índios e declara que os povos indígenas são seres humanos como quaisquer outros e, portanto, usufruem dos mesmos direitos.

O art. 10 da presente Declaração (ONU, 2008) estabelece que os índios não serão deslocados à força de seus territórios, nenhuma transferência será realizada sem a livre ciência e prévia informação de seus únicos interessados e sem um acordo anterior ou sem uma indenização justa e igualitária, deixando em aberto a possibilidade de retorno às suas terras.

Em consonância com o art. 15, incisos I e II do Estatuto dos Povos Indígenas, promovido pela FUNAI (Fundação Nacional do Índio), prevê o direito originário dos povos indígenas pelas terras tradicionalmente ocupadas, permite-lhes

exclusivamente usufruir de todas as riquezas naturais do solo, sua biodiversidade e seus acessórios de pesca, caça, entre outros (FUNAI, 2009).

Mediante a bibliografia investigada a luta por terras e demarcação de seus territórios tem se tornado uma das principais demandas indígenas evidenciadas, neste sentido, esta pesquisa traz à tona a forte ligação do índio com a “mãe Terra”, quando o índio perde o direito a dispô-la para a sua sobrevivência e da sua comunidade, acarreta em sofrimento espiritual e, conseqüentemente, da mente.

De modo histórico, os povos indígenas sempre reagiram contra as invasões de seus territórios, suas reações de enfrentamento variavam de acordo com contexto econômico vivido pelo país, entre a expansão capitalista e posteriormente a constituição da economia brasileira. Os conflitos com a civilização moderna eram, muitas vezes, por meio de guerras sangrentas e violentas, que resultavam nas mortes e até mesmo na extinção de comunidades inteiras. (BORGES, 2005).

O movimento indígena no Brasil se articulou de modo mais organizado a partir da década de 70, devido a urgência de proteger suas terras. Com a vinda das políticas expansionistas da ditadura militar, a população indígena viu-se obrigada a pensar em estratégias mais efetivas. Abrindo mão de suas próprias diferenças uniram-se em prol do bem comum: sua terra.

De acordo com Borges (2005), na história do movimento indígena no século XX, uma série de encontros, reuniões, movimentos, entidades, ONG's (organizações não governamentais) se uniram à luta indígena. Em 1910 foi criado o SPI (Serviço de Proteção ao Índio), que hoje conhecemos como FUNAI (Fundação Nacional do Índio), em 1972 é criado o CIMI (Conselho Indigenista Missionário) e na década de 70 várias Assembleias Indígenas, encadeadas pelas várias lideranças indígenas, marcaram as lutas pelo território. Em 1980 é fundada a União das Nações Indígenas (UNI) e em 1992 é criado o CAPOIB (Conselho de Articulação dos Povos Indígenas do Brasil).

Todas essas ações trouxeram mudanças para a realidade dos povos indígenas, uma delas, que podemos perceber, é a quebra do vínculo com a Igreja, o que antes era tido como atitude opressora por parte dos religiosos (como a obrigação a conversão religiosa), hoje são motivos de luta pelos missionários, lutam para que esses povos possam ter seus direitos preservados, lutam principalmente pelo direito a vida, sua manutenção e bem estar. A igreja passa a assumir um papel ativo frente ao movimento indigenista no país.

Com o advento da Constituição Federal de 1988 os índios passaram a ser qualificados como povos característicos (originários), sujeitos de direitos especiais, sendo também declaradas suas organizações sociais, políticas e econômicas distintas, ficando determinado que o Estado devesse respeitá-los enquanto povos originários. Sendo assim, não estariam mais condenados à extinção, buscando viver de maneira respeitosa e harmoniosa, não sendo os objetivos das políticas públicas forçá-los a integração ou convivência com a sociedade moderna.

Para Jesus (2016) mesmo o Brasil possuindo um sistema de proteção voltado aos povos indígenas, até mesmo leis inscritas na Constituição resguardando seus direitos à saúde, à cultura e à terra tem-se percebido o não cumprimento dessas leis e várias invasões de terras indígenas em território nacional vem ocorrendo, com a alegação do desenvolvimento econômico do país.

Percebemos que apesar de toda a articulação do movimento indígena, a manutenção dos direitos indígenas acaba sendo falho, tanto por parte do Estado quanto por parte de nossos governantes. Como a Psicologia pode auxiliar esses povos se a vontade da União pela demarcação dos territórios prevalece sobre a vontade dos povos tradicionais?

A partir da fala da líder indígena Liderjane do povo Kaxixó, do estado de Minas Gerais, percebemos o sofrimento causado pela luta de território indígena, e as leis de proteção não sendo cumpridas pelo Estado, ficando o índio amedrontado e ameaçado pelo homem-branco, chamado pela cultura indígena de não-índios.

Tem muita depressão, ansiedade dentro da comunidade. Não só na minha, como várias outras etnias que, se não é pelo fazendeiro, genocídio, é pela igreja que tem medo de tudo.

Em 2013 foi a publicação no Diário [Oficial] da União, que era terra indígena Kaxixó. Viemos a ter, novamente, ameaças de veneno na água. Porque não temos água da COPASA e de rua, tratada. Temos nascente, que tem poços. Eles falaram depois da publicação...até então, meus antepassados é que sentiam essa pressão. [...] Como lidar com essa ansiedade, com essa fragilidade que temos na nossa comunidade? Tem muitos que frequentam psiquiatras, psicólogos. Então, é algo que, hoje, temos muito medo e não queremos mais sentir. Só queremos viver bem na nossa terra (CRP/SP, 2016, p. 79-80).

Outro desabafo vindo do povo Guarani M'bya, por meio de seus representantes Marcos Tupã e Cleirray Werá Fernando, revela o pedido de ajuda à sociedade, respectivamente: “[...] hoje a nossa luta é ainda sobre o reconhecimento territorial. Regularização fundiária. E nós precisamos de apoio e de ajuda da

sociedade, porque a luta agora está mais difícil (CRP/SP 2016, p. 36)” e “[...] hoje com a luta que a gente teve lá para que a aldeia pudesse ser reconhecida. Sofremos muito ali, acho que só nós que estamos ali sabemos o quão é difícil a situação que estamos vivendo ali na aldeia (CRP/SP, 2016, p. 40)”.

O cacique Antonísio Lulu Darã do povo Tekoa Porã expressa seu sofrimento pela perda da terra.

Um índio, tendo mata e rio para ele, fica feliz de tudo. Se não tiver um rio e uma mata perto da aldeia ele não está feliz. Eu falo por experiência, porque a gente estava na beira do Rio Itararé, o padre fez um acordo com a Funai e tirou nós, colocou nós a 16 km longe do rio, e lá eu não sou feliz, já está mexendo com a minha parte psicológica. Nessa hora que poderia entrar os nossos parceiros que estudam a cabeça do ser humano (CRP/SP, 2010, p. 66).

Esses desabafos pronunciados por Kaxixó, Guarani M’bya e Tekoa Porã unificam um sentimento compartilhado pelas inúmeras etnias existentes hoje no Brasil, presume o sofrimento psicológico vivenciado pelas comunidades indígenas na luta pelo reconhecimento de suas terras.

É importante ressaltar que há várias formas de sofrimento enfrentadas pelos indígenas no Brasil, a luta pelo território é uma delas, mas também há casos de sofrimento oriundo do preconceito racial, da desapropriação da cultura, da morte de entes queridos, do uso abusivo do álcool e outras drogas, da fome e a miséria que abarca muitas aldeias.

Jesus (2016) afirma que a perda da terra ou a luta incessante por ela, abala a integridade física e psicológica dos indivíduos, o modo como a sociedade moderna pensa tem se voltado à negação da presença e relevância dos índios como povos tradicionais que estão em sintonia com a natureza de maneira diferente da sociedade ocidental.

Devereux (apud CRP SP, 2016) alega que há muitos motivos intoleráveis por parte do Estado em relação aos povos indígenas, que oriunda da dominação e imposição cultural. A cultura, por si só já é um forte mecanismo de defesa que atua para que a sociedade não seja transformada, fazendo com que a cultura ocidental colonizadora prevaleça sobre a cultura dos povos nativos.

Enfim, a importância do território, da sua manutenção e preservação, para esses grupos indígenas, é fundamental. Na concepção de Dantas (2008), a essência cultural ou simbólico-cultural determina o seu território a partir do aglomerado de

símbolos e subjetividade que se consolidam em fração do espaço e do território, constituindo-lhes sua identidade. Nesse modo, o território é como resultado da apropriação simbólica de uma comunidade em relação ao seu espaço vivido.

Dessa maneira as lutas e perdas das suas terras acarretam, de modo direto, na ausência da sua identidade e subjetividade, trazendo-lhes grande sofrimento psicológico. A fala do cacique Antonísio da aldeia Tekoa Porã de Itaporanga, durante a XII Plenária do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, no ano de 2010, demonstra sua preocupação e interesse dos serviços da Psicologia para a população indígena.

Outra questão dentro da Psicologia, eu só tenho que fazer umas perguntas, o meu povo que estão aqui me ouvindo vai pensando: “Por que só agora vem dizer o órgão Funasa que está se propondo a trabalhar com os psicólogos dentro das aldeias? Por que não viu antes? Por quê? A minha pergunta é essa, por que só agora?” Desde 99 quando a Funai passou as demandas para a Funasa, por que desde aquela época já não montou um cronograma, que já precisava de uns psicólogos dentro da aldeia, por que só agora? Isso é a minha pergunta (CRP/SP, 2010, p. 62).

Diante desse contexto se faz necessária a atuação do profissional da psicologia no que compete ao acolhimento, a escuta direcionada, a atenção a esse povo que tanto sofre, porém não podemos deixar de levar em consideração a cultura, suas crenças, respeitar sua espiritualidade e seu modo de relacionar com a natureza.

REFLEXÕES INICIAIS DA ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA

De início, para compreendermos melhor como se desenvolve a atuação da Psicologia frente as demandas indígenas, devemos deixar claro que, segundo Berni (2016), a Psicologia como profissão regulamentada se torna um bem social. Desse modo regulamentar indica afunilar o campo de atuação profissional para que as ações e os projetos propostos andem em paralelo com as necessidades da sociedade.

Godoy (2016) alerta que antes de tudo, o psicólogo deve conhecer o lugar que irá ocupar em relação ao outro, não devendo possuir um pensamento utópico ou pessoal, mas sim conhecer a cultura que está estudando e deixar transpassar-se por ela. É a partir dessa experiência, que o psicólogo irá compreender o outro. O autor relata também que a população indígena não carece que lhes deem voz, pois a mesma já possui, é preciso dar-lhes ouvidos.

Apesar de haver semelhanças entre o trabalho com grupos vulneráveis e os grupos indígenas, o psicólogo deve estar atento a relação intercultural, a cultura em que os profissionais são criados é diferente da cultura dos povos tradicionais. Por isso o trabalho com as comunidades indígenas necessita ser planejado de modo colaborativo, considerando todas as particularidades de cada aldeia e não reproduzir as técnicas de imposição à cultura capitalista (GUIMARÃES, 2016).

O CRP-SP (2010), em seu livro *Psicologia e Povos Indígenas*, aponta recomendações aos psicólogos no trabalho com a população indígena, destacando que as ações/atuações devem ser traçadas pela interdisciplinaridade, intersetorialidade e interculturalidade.

A atuação do psicólogo deve ser voltada por meio da escuta, o que favorece o fortalecimento da relação *Psicologia e Povos Indígenas*, assim como promover o protagonismo desses indivíduos na sua busca por perspectivas emancipatórias. A atuação da psicologia deverá contribuir para a elaboração de políticas públicas que levem em consideração a subjetividade e diversidade desse povo. Como recomendação aos psicólogos, os mesmos devem se fazer presente nas equipes de saúde, principalmente no enquadre da saúde mental, e auxiliar no enfrentamento dos sofrimentos psíquicos existentes (CRP/SP, 2010).

Percebemos que o respeito e o conhecimento da cultura tradicional estão intimamente atrelados como um dos principais requisitos para atuação do psicólogo. Neste ponto nos surge uma reflexão a se fazer: Será que as instituições de ensino superior estão dando a atenção necessária para essa população em especial? Existem faculdades que abordam e possuem o tema povos indígenas em suas disciplinas? O que a Psicologia enquanto ciência pode fazer para que, os estudos quanto ao sofrimento e desejo das pessoas indígenas sejam tão importantes quanto os estudos relativos aos modos de sofrimento e desejos da população em geral?

Sabemos que a Psicologia não atua sozinha, por isso depende do apoio das demais áreas de saberes, para juntas pensarem em ações mais realistas. A Psicologia precisa do apoio dos vários órgãos públicos para que as ações sejam concretizadas e ela também necessita manter relação com outras culturas e povos para juntos buscarem uma integração que favoreçam a todos.

Vimos também que a atuação do psicólogo deve ser voltada a escuta, será que as instituições criam profissionais para compreenderem os diferentes idiomas

nativos? Será que a comunicação realmente se concretiza e os índios entendem o que os profissionais querem passar?

São reflexões que nos levam a indagações constantes, a Psicologia estaria seguindo uma abordagem crítica? Estaria lutando para que os problemas sociopolíticos e psicossociais, enfrentadas pela população indígena, não sejam omissos ou negados?

Percebemos que a Psicologia tem buscado se esforçar na questão indígena, de acordo com Guimarães (2016), a psicologia, enquanto área de conhecimento, tem muito ainda a contribuir na intermediação da interlocução e conquista de momentos fecundos entre as pessoas, comunidades indígenas e instituições envolvidas, sendo elas indígenas ou não.

Para Teixeira (2016), a Psicologia, além de todo os saberes acumulados, continua expandindo seus horizontes e o psicólogo aperfeiçoando suas práticas. A cada momento específico e em contato constante com uma outra cultura, o psicólogo encontra-se cercado por diversos obstáculos, cujo sua principal ferramenta de enfrentamento é a técnica da escuta, a capacidade de empatia e a sensibilidade no olhar o sofrimento do próximo.

Nossas reflexões não devem parar por aqui, ou ao término de nossa graduação, devemos refletir e repensar nossas práticas constantemente, sempre zelando pelo “bem viver” do próximo. Como afirma Teixeira (2016, p. 240), “[...] o psicólogo, onde quer que esteja exercendo sua prática, pode ser um ator social afinado com a mudança de mentalidade que a sociedade necessita”. Sendo assim, compete ao psicólogo afirmar um engajamento sócio-político, independente da área que vá atuar, sempre zelando e buscando pelo bem-estar dos indivíduos envolvidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando as leituras dos textos consultados que abordam a relação da psicologia com os povos indígenas, em especial, o sofrimento provindo da luta pelo território, infelizmente há uma escassez de produções científicas. Vimos que tem-se aumentado durante os anos 2000 publicações que tratam da temática, porém não está sendo suficiente. Será que isso demonstra uma possível perda de interesse por parte dos pesquisadores ou a falta de investimentos pelos órgãos de fomento de pesquisa sobre o assunto?

Trabalhar com os povos indígenas exige do profissional uma preparação técnica e psicológica. Possuir uma preparação técnica no que tange a linguagem, o diálogo deve ser claro e compreendido pelos indivíduos envolvidos. A preparação psicológica é a capacidade de adentrar no mundo do outro sem mudá-lo, sem criar pré-conceitos que atrapalhe seu trabalho.

De fato, o presente estudo revela que os profissionais psicólogos necessitam de uma pré-capacitação para atuar nas demandas indígenas, devem saber trabalhar em uma equipe interétnica, ou seja, uma equipe composta por demais pesquisadores e profissionais de outras áreas do conhecimento, bem como também saber respeitar as crenças e tradições das etnias que irão trabalhar.

O trabalho não se demonstra fácil, a partir do momento que temos que nos desprender da cultura colonizadora, em que somos criados, para adentrar outro mundo totalmente diferente nos exige um grande esforço. O mundo indígena é repleto de culturas e tradições diferentes, que se não nos colocamos no lugar do outro, não conseguiremos atender suas demandas de modo satisfatório.

Ao conhecermos um pouco mais sobre os povos indígenas e suas lutas, constatamos que há ainda muito o que se aprender e muito o que se estudar sobre o tema, pois mediante a pesquisa realizada o assunto “sofrimento pela perda da terra” não está entre os mais publicados.

REFERÊNCIAS

BERNI, L. E. V. A ciência, o índio e o Brasil: fundamentos para uma revisão epistemológica. In: CRP-SP. **Povos indígenas e psicologia: procura do bem viver**. São Paulo: Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, 2016. p. 104-109.

BORGES, P. P. O movimento indígena no Brasil: histórico e desafios. **Princípios**. edição 80, p. 42 – 47, ago.set. 2005. Disponível em: <<http://revistaprincipios.com.br/artigos/80/cat/970/o-movimento-indigena-no-brasil-historico-e-desafios.html>>. Acesso em: 16 jul. 2018.

CRP/SP. **Povos indígenas e psicologia: a procura do bem viver**. São Paulo: Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, 2016.

CRP/SP. **Psicologia e povos indígenas**. São Paulo: Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, 2010.

CRP/SP. **Psicologia e povos indígenas**. São Paulo: Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.crp.org.br/povos/povos/>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

DAMASCENO, M. Representações, diferenciações e processos de identidade das sociedades ameríndias brasileiras. In: JORNADAS BOLIVARIANAS, 13, 2017, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2017.

DANTAS, R. Território e territorialidade: abordagens conceituais. Natal: Biblioteca central UFRN, 2008. Disponível em: <http://www.ead.uepb.edu.br/ava/arquivos/cursos/geografia/organizacao_do_espaco/Org_Esp_A07_I_WEB_SF_SI_050805.pdf>. Acesso em: 9 jul. 2018.

FERRAZ, I. T.; DOMINGUES, E. A psicologia brasileira e os povos indígenas: atualização do estado da arte. **Psicologia: Ciência e Profissão**. Brasília, v. 36, n. 3, p. 682-695, jul.set. 2016.

FUNAI. Estatuto Povos Indígenas. Brasília: Fundação Nacional do Índio, 2009. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/arquivos/conteudo/presidencia/pdf/Estatuto-do-Indio_CNPI/Estatuto_Povos_Indigenas-Proposta_CNPI-2009.pdf>. Acesso em: 9 jul. 2018.

GODOY, D. B. O A. Vozes do Brasil: diferentes identidades, um devir intercultural? In: CRP-SP. **Povos indígenas e psicologia: procura do bem viver**. São Paulo: Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, 2016. p. 110-123.

GUIMARÃES, D. S. A psicologia e a questão indígena no Brasil. In: CRP-SP. **Povos indígenas e psicologia: procura do bem viver**. São Paulo: Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, 2016. p. 178-188.

IBGE. Indígenas. Estudos especiais: o Brasil indígena. Rio de Janeiro, RJ: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010. Disponível em: <<http://indigenas.ibge.gov.br/estudos-especiais-3/o-brasil-indigena>>. Acesso em: 9 jul. 2018.

JESUS, A. V. Violação do direito às terras tradicionais dos povos originários. In: CRP-SP. **Povos indígenas e psicologia: procura do bem viver**. São Paulo: Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, 2016. p. 158-168.

ONU. **Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas**. Rio de Janeiro: Organização das Nações Unidas, 2008. Disponível em: <http://www.un.org/esa/socdev/unpfii/documents/DRIPS_pt.pdf>. Acesso em: 9 jul. 2018.

TEIXEIRA, L. C. A psicologia na promoção do bem viver indígena. In: CRP-SP. **Povos indígenas e psicologia: procura do bem viver**. São Paulo: Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, 2016. p. 235-259.